

Na tarde da quinta-feira, 20/4, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) acatou o pedido da Fundação São Paulo suspendendo a reintegração dos professores demitidos até que a questão seja julgada em caráter definitivo. A decisão, porém, não anula a sentença do TRT paulista. Nesta semana, o Sinpro-SP vai entrar com recurso reivindicando a cassação do efeito suspensivo, e o restabelecimento da sentença original.

**Quinquênios, Estabilidade, Bolsas...**

**Professores e funcionários podem perder conquistas históricas**

## PUC DENUNCIA ACORDOS INTERNOS

**A** Reitoria chamou as associações na segunda-feira, 17/4, junto com a Fundação São Paulo, para comunicar que a partir daquele momento os acordos internos seriam denunciados.

“Dada a gravíssima situação da PUC, não temos mais condição de manter o acordo interno”, relatou a reitora Maura Vêras aos professores. Reitoria e Fundação estipularam o prazo de um mês para que, junto com as associações, seja construído um novo acordo. Durante este período, ficam valendo as atuais cláusulas; depois de um mês, e até que seja fechado um novo acordo, ficarão valendo as cláusulas das convenções coletivas. Bolsas serão respeitadas até o final do curso, e o auxílio-creche até o final do ano.

A professora Priscilla Cornalbas, presidente da APROPUC, questionou o prazo de um mês, já que os atuais acordos demandaram meses para serem concluídos. O padre José Rodolfo argumentou que, se houvesse necessidade, o prazo poderia ser ampliado. Priscilla indagou também sobre o cumprimento dos acordos econômicos, que vêm sendo sistematicamente desrespeitados pela PUC. Os gestores reafirmaram a intenção de reunirem-se com a APROPUC para apresentar uma proposta, o que, até o fechamento desta edição, ainda não tinha confirmação.

Nesta semana, Reitoria e Funda-

ção apresentam sua proposta de acordo interno aos funcionários (que já têm assembleia marcada para o dia 28/4). Já para os professores, a apresentação acontece no dia 2/5.

### Funcionários

A assembleia dos funcionários recebeu com apreensão a notícia de que a Reitoria estava disposta a rever o Acordo Interno. “A categoria sempre esteve disposta a negociar, frente à situação da universidade. Mas a denúncia do acordo mostra uma vontade de impor”, assinalou o diretor da AFAPUC Nalcir Antonio. A diretora Marta Bispo da Cruz também criticou o fato de a PUC primeiro suspender

o acordo, para só depois debater novas cláusulas – algo que não ocorreu em negociações passadas. Ainda assim, a assembleia decidiu aguardar uma proposta concreta da Reitoria antes de definir suas próximas ações.

Entre os itens mais importantes garantidos pelo Acordo Interno, estão os quinquênios, o desconto na refeição-padrão (bandeirão) e o auxílio nas mensalidades escolares de dependentes. Em benefícios como bolsas de estudo e cestas básicas, o documento puquiano é mais completo que a Convenção Coletiva estabelecida entre o Saaesp e o Semesp (veja tabela comparativa nesta edição).

### As ações da APROPUC

Diante da crise pela qual passa a universidade, a APROPUC vem tomando uma série de medidas discutidas com os professores. Entre elas estão:

✓ Junto com o Sinpro, contratar um advogado, Dr. Newton Correa, para acompanhar em Brasília o andamento do processo de reintegração dos docentes demitidos.

✓ A APROPUC deve participar de reuniões, nas próximas semanas, com o Sinpro, para discutir as possíveis medidas a serem tomadas frente à denúncia do acordo interno; o Sinpro também convocou a Fundação São Paulo para comparecer a uma mesa-redonda no sindicato para discutir a

contratação de professores com salários mais baixos.

✓ Envio de moção ao cardeal Dom Cláudio Hummes e aos bispos reivindicando o acatamento das decisões do Tribunal Regional do Trabalho.

✓ Envio de abaixo-assinado às diversas entidades sindicais do país para que se pronunciem frente ao acatamento da decisão do TRT.

✓ Moção ao Consun solicitando posicionamento dos conselheiros pela reintegração dos professores demitidos (veja íntegra nesta edição).

✓ Assembleia para o próximo dia 3/5, para discussão de encaminhamentos frente à denúncia do acordo interno.

## Progride a mercantilização

A denúncia do acordo interno entre APROPUC e Fundação São Paulo é mais um passo no sentido da remodelação empresarial da PUC. Objetiva rebaixar o valor dos salários. A quebra contratual retirará conquistas trabalhistas que fazem parte indiretamente da composição salarial. Confirma-se nossa denúncia de que as demissões foram apenas um primeiro ataque da Fundação às relações de trabalho e ensino.

A Reitoria contribuiu com a maximização, apresentada inicialmente como um simples aumento da jornada – e que logo deu lugar à primeira onda de demissões.

A intervenção da Igreja não se limitou a completar a economia de 4 milhões. Não se tratava apenas de obter 800 mil a mais com outras 211 demissões. O plano dos interventores vai muito além do equilíbrio financeiro. A PUC deve ser lucrativa, ou altamente lucrativa.

A maximização da Reitoria aumentou a carga de trabalho, necessária para a primeira fase da remodelação. Posteriormente, a contratação de novos docentes por metade do valor de nossos salários revelou a intenção mercantil de fundo.

Agora, a posição da Fundação/Reitoria de não manter o acordo interno traz uma grave decisão: acabar com a estabilidade anual. O empregador precisa ter as mãos livres para renovar, por todo um período, uma parcela de professores antigos, substituindo-os por uma força de trabalho barateada. Quanto maior o número de professores antigos demitidos, maior o número de contratações sob o regime de intensa exploração. A perda dos quinquênios, bolsa de estudo etc. se empalidece diante da meta de renovar o corpo docente para destruir o padrão salarial atual. A erradicação de tais direitos comparece como um complemento ao plano geral.

Não por acaso, a Fundação espera remover os atuais estatutos e regimentos internos da PUC. Não se pode permitir a influência dos órgãos colegiados em decisões administrativas quando se pretende impor pela força a remodelação mercantil. As demissões mostraram como age a propriedade privada sobre a vida de quem trabalha e dela depende como assalariado.

A segunda onda de demissões desfez a ilusão sobre os critérios acadêmicos e de desempenho, que serviram de justificativa para o Consun aprovar o curso das demissões. A idéia de alguns de que as demissões recairiam sobre quem não trabalha, ou trabalha pouco, ou trabalha mal, fica em nossa história social como difamação e como parte do clima de perseguição, armado pela burocracia universitária.

É preciso dizer ainda que a parcela pobre dos estudantes está fadada a ser expulsa por não poder pagar as mensalidades. A PUC perdeu o interesse em se identificar com o critério de comunitária, sem fim lucrativo. O ProUni estendeu as vantagens fiscais, antes só conferidas às comunitárias, para o conjunto das universidades privadas. A PUC acabou por se encaixar no ProUni e tornou-o prioritário. O selo de comunitária será recolocado assim que cair o ProUni, mas já sobre uma universidade compatibilizada com o mercado da educação.

Estamos, sem dúvida, em uma outra instituição. Só não sabemos com precisão em que ponto da transição. Haverá possibilidade de barrar o processo de mercantilização? A resposta só poderá ser dada pela mobilização coletiva de professores, funcionários e estudantes. É preciso fortalecer as assembleias, onde se dão as discussões coletivas e se organiza a resistência. Se não lutamos pelo controle da universidade, nós, que trabalhamos e estudamos, então o controle será mercantil.

*Erson Martins de Oliveira,  
Diretor da Apropuc.*

## Algumas cláusulas sociais sob risco

### PROFESSORES

Acordo Interno – PUC	Convenção Coletiva – Sinpro-SP
<b>Quinquênios</b> – A cada 5 anos de serviço, 5% da remuneração global	cláusula inexistente
<b>Estabilidade no Emprego</b> – Nenhum professor poderá ser demitido entre 20 de fevereiro e 20 de janeiro de cada ano	A garantia do emprego é semestral
<b>Férias</b> – 15 dias durante o mês de julho e 30 dias úteis a partir de 15 de dezembro	30 dias corridos
<b>Bolsas</b> – 2 gratuidades para o titular e os dependentes para contratos de TP-20. Contratos de TI e TP-30 sem limitação de bolsas	2 bolsas simultâneas para o professor e seus dependentes
<b>Creche</b> – Auxílio equivalente a 70% da mensalidade da creche	Reembolso nos termos da legislação em vigor
<b>Refeição</b> - 40% do valor da refeição padrão do Restaurante Universitário para professores TI	cláusula inexistente

### FUNCIONÁRIOS

Acordo Interno – PUC	Convenção Coletiva – Saaesp
<b>Quinquênios</b> – a cada cinco anos, o salário do funcionário sobe 5%	cláusula inexistente
<b>Cestas básicas</b> – a Reitoria financia mil cestas, distribuídas pela AFAPUC	só têm direito à cesta os que recebem menos de 5 salários mínimos
<b>Bolsas</b> – funcionário, cônjuge e dependentes estudam gratuitamente, na graduação ou na pós, inclusive especialização	cônjuge e dependentes só têm bolsa para graduação e cursos sequenciais. O funcionário só terá bolsa se o curso escolhido for de “área correlata” à de sua função
<b>Auxílio-escola</b> – A PUC financia parte da mensalidade escolar dos dependentes de até 7 anos	cláusula inexistente
<b>Contrato por prazo determinado</b> – permitido apenas para substituições temporárias ou serviços não contínuos	cláusula inexistente
<b>Auxílio-doença</b> – a PUC complementa o auxílio pago pelo INSS, para que o funcionário receba 100%	cláusula inexistente
<b>Refeição-padrão</b> – funcionários têm 50% de desconto no “bandejão”	cláusula inexistente

## PROFESSOR

Consulte no site da APROPUC os textos do Acordo Interno de Trabalho e a Convenção coletiva do Sinpro  
[www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br)

### PUCviva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.  
**Coordenação:** Valdir Mengardo. **Sub-editor:** Leandro Divera. **Reportagem:** Jaqueline Nikiforos. **Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** [apropuc@uol.com.br](mailto:apropuc@uol.com.br). **Telefone da Afapuc:** 3670-8208. **Endereço do PUCviva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. **Fone:** 3670-8004. **Correio Eletrônico:** [pucviva.jornal@uol.com.br](mailto:pucviva.jornal@uol.com.br) - PUCviva na Internet: [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br).

# Continua o impasse na ocupação do Setal

Há duas semanas, os estudantes do Movimento por Bolsas permanecem nas dependências do Setor do Alunado da PUC-SP. Os estudantes afirmam que a ocupação prosseguirá até que haja uma reunião de negociação com a Reitoria sobre a abertura de edital para bolsas integrais. Além disso, o movimento exige que se retire a ameaça de punição aos cinco estudantes que, em decorrência da ocupação, foram escolhidos para receber uma notificação extrajudicial.

No decorrer dessas semanas, vários foram os desafios enfrentados pelos ocupantes, muito em parte pelo longo feriado de Páscoa, que atravessou a primeira semana de ocupação. Durante todo o feriado, cerca de 15 estudantes permaneceram no Setal. Trancados na universidade, sem poder sair durante quatro dias, tiveram de contar com a ajuda dos colegas, que lhes passaram comida e outros

mantimentos pelas janelas do setor, de frente para a rua Ministro de Godói.

Outros colegas comprometeram-se a manter uma vigília em frente à universidade, que durou todo o fim de semana. Ocupantes e vigilantes também contaram com a colaboração da vizinhança ao redor da PUC-SP. Ao tomarem conhecimento do protesto dos estudantes, por meio de panfletos elaborados pelo movimento e distribuídos por todo o bairro, moradores dos prédios vizinhos disponibilizaram suas casas para eventuais necessidades, e ofereceram comida e remédios aos estudantes.

Segundo os ocupantes, tudo correu bem, apesar de na sexta-feira, dia 14/4, serem impedidos de tomar banho até o fim do feriado. As portas dos vestiários da quadra, utilizados para o banho, foram trancadas e as grades cobertas por graxa, a fim de impedir que qualquer um tentasse ultrapassá-las.

## Cara a cara com Maura Véras

Ao fim da sessão do Consun de 19/4, militantes do Movimento por Bolsas tiveram a rara oportunidade de conversar com a reitora por alguns segundos. No momento em que a presidência do conselho se retirava da sala P-65, diversos estudantes foram ao encontro de Maura Véras na tentativa de, mais uma vez, estabelecer algum diálogo, mesmo que informal.

Mas essa possibilidade logo se esvaiu. No instante em que Maura se dispôs a conversar sobre as reivindicações, Guilherme Simões, chefe de gabinete da Reitoria, pôs-se em frente à reitora, dizendo que Maura não queria conversar com eles naquele momento. Rapidamente, um tumulto tomou conta do pequeno e inédito encontro e, novamente, nada foi acertado.

**A  
S  
S  
E  
M  
B  
L  
É  
I  
A  
S**

**F U N C I O N Á R I O S**

**28/4 - sexta-feira - 14 h - sala 239**

**Acordo Interno de Trabalho**

**P R O F E S S O R E S**

**3/5 - quarta-feira - 18 h - sala 239**

**Acordo Interno de Trabalho  
Eleições APROPUC**

# Mapa do poder. 1

Jorge Claudio Ribeiro

A PUC-SP se encontra sacudida por uma acelerada transformação do arranjo de poderes. Alteração que também é extraordinária, pois não se trata da troca periódica de gestores, mas da radical mudança do quadro de referência que, provavelmente, nunca mais será como antes. Atravessada por contradições, essa dinâmica produz recomposições, inventa novos acordos, belisca situações e pessoas outrora intocáveis, quebra acomodações e chegou a gerar injustiças. Com os nervos à flor da pele, tenta-se entender o que se passa (“quem manda agora?”, “como *elas* puderam fazer isso?”, “até quando *ela* dura?”) e interferir, na medida do possível.

Vivemos uma ilusória ausência de regras, já que não há vazio de poder – “natura odit vacuum”. Nesse caso, cabe especular em que territórios os novos centros estão ancorados. No entanto, os mapas de hoje talvez precisem ser refeitos amanhã e mais adiante.

Em primeiro lugar, óbvio, voltou a mandar o grão-chanceler. Mais que nos tempos do cardeal Motta, do monsenhor Salim e do pe. Victor, o *dono* da PUC-SP empalmou o timão desta nave que aderna. A partir de 2005, d. Cláudio falou diretamente à comunidade, deu aval moral e monetário ao empréstimo dos bancos, lamentou a gestão anterior, exigiu decisões à reitora, impôs os padres Rodolfo e João Júlio na Secretaria da Fundação, reuniu-se com Lula para falar da PUC-SP e concedeu uma audiência às entidades que, segundo o relato que elas divulgaram, pareceu bombástica.

Também a mantenedora deu passos decididos. Nos 12 anos das três gestões Ronca e no período seguinte, o cargo de secretário(a) da Fundação São Paulo se confundiu com a figura de reitor(a). Em fevereiro de 2006, ao avocar a si a gestão da massa há muito falida, a representante do arcebispo reduziu o espaço da atual secretária, a reitora Maura Vêras, atropelou instâncias e procedimentos regimentais internos à Universidade, demitiu sem apresentar critérios e desestabilizou a instituição.

Ressalte-se que uma intervenção não

é necessariamente sinônima de bom, ou mau, resultado. Na gestão Leila Bárbara, o interventor Vicente Bezinelli (que atuou em 1990-2, com apoio de vários setores), encontrou uma dívida correspondente a US\$ 8 milhões que, ao sair, se elevava a US\$ 32 milhões.

Já a atual reitora teve sua autoridade reduzida. Eleita por grande maioria, sua equipe começou a gestão em dezembro/2004 com o desafio de reverter as danosas conseqüências de uma situação que resultava, à época da passagem do leme, num déficit de R\$ 51 milhões, frente a 14 bancos, somado a uma mega-dívida equivalente a US\$ 120 milhões em encargos sociais não pagos havia tempos e que foram repactuados no Refis, em condições maternas.

Desde o início, a nova Reitoria estava ciente da situação e das decisões necessárias. Teria sido melhor aplicar logo um *ypon* no déficit? Claro. Seria possível? Dificilmente. A Reitoria precisava impor-se, *reengenheirar* uma dívida herdada que não parava de sangrar, lançar projetos. Precisava, enfim, sentar na cadeira e se apropriar da máquina, o que demora vários meses. Então, no meio de 2005, não caberia tomar medidas drásticas? Provavelmente. Mas o fato é que só em 8 de agosto foi assinado o empréstimo de R\$ 82 milhões junto ao Bradesco e ao Real, com aval do grão-chanceler. Hesitações e especulações à parte, apenas no final de 2005 a Reitoria e as instâncias acadêmicas implementaram as decisões necessárias. Por uma série de razões, em parte sentimentais, o dever de casa não ficou completo: uma primeira lista de demissões, acompanhada do Plano de Demissão Voluntária, não conseguiu zerar um déficit que vinha acumulando R\$ 4 milhões a cada mês. A PUC-SP mostrou claramente que não conseguiria começar a pagar o principal da dívida, a partir de outubro de 2006, quando vencerá o prazo de carência. Foi a brecha para a Fundação entrar, em fevereiro, com uma segunda lista de demissões, cujos nomes obviamente lhe foram fornecidos por terceiros.

Nesse mapa, também encolheu o Conselho Universitário, cuja atuação tem sido pálida nos últimos anos. Basta dizer que a maioria dos conselheiros à época deu sustentação a Bezinelli e pou-

co exigiu, ou descobriu, das gestões passadas. Em geral, o Consun produziu discursos brilhantes (que os há) e referendou, ou não, o trabalho pesado que os demais colegiados realizam. Dividido em várias alas e com escasso contato com as bases, o Consun tem atuado aquém do que dele se espera.

Pelas rampas e corredores, em março comeu solta uma “greve unitária dos três setores”, contra as demissões de funcionários e professores, e que teve maioria de estudantes, muitos de fora da PUC-SP. Paralelamente, a legitimidade das associações era questionada por amplos segmentos, segundo os quais elas já não produzem uma compreensão, nem uma ação, à altura do momento desta Universidade. Tal crítica vem crescendo a partir da posição simpática que as entidades assumiram ante a invasão da Reitoria, em 2004.

Enquanto isso, com atraso, as aulas foram retomadas, aturando batucadas, o impune alto-falante do Cacs e o “cadeiraço” no Pátio da Cruz. Mesmo discordando de demissões sem critério conhecido e preocupada com a falta de rumo da instituição, a quase totalidade dos professores, vários recém-contratados, junto com seus alunos entenderam que era preciso garantir a normalidade possível, o cenário mais adequado para se encaminharem soluções. Poucas vezes, a docência teve uma dimensão política tão cristalina. O poder concreto, real, se exerceu entre quatro paredes. Não foi pouco, mas não é tudo.

Um passo a ser dado urgentemente é a explicitação, pública e sem ambigüidades, das regras de convivência institucional. Que cada instância mostre a cara, assuma suas responsabilidades, aceite o embate com as demais e se submeta à avaliação coletiva.

Jorge Claudio Ribeiro é professor do Departamento de Teologia e Ciências da Religião



Faixa afixada pelos estudantes na sala P-65, durante a reunião do Conselho Universitário

## CONSELHOS

# Consun não discute demissões e ocupação

Embora boa parte da comunidade estivesse preocupada com os problemas gerados tanto pela demissão de funcionários e professores como pela ocupação do Setor de Alunado (veja matéria nesta edição), a maioria dos conselheiros negou a inversão de pauta proposta pelo aluno Rodrigo Souza e debruçou-se longamente sobre a aprovação da Deliberação 12/05 (que ainda continua nesta quarta-feira). A APROPUC distribuiu um comunicado que, em nome da assembléia dos professores, pedia um posicionamento dos conselheiros sobre a decisão judicial de readmissão, discussão que também foi adiada.

A reitora iniciou também a apresentação do chamado Plano de Recuperação da PUC, mas, com o tempo exíguo, somente foram descritas as metas de expansão (que incluem o aumento de cerca de mil alunos no vestibular de junho), deixando-se para a próxima sessão a apresentação das metas de diminuição de despesas.

### Conjuntura

Na sessão de informes, a reitora relatou a posição da Reitoria sobre algumas

questões mais prementes da universidade. Quanto à reintegração dos professores demitidos, a professora Maura afirmou que a PUC acatará a decisão da Justiça, desde que ela seja definitiva (a Fundação São Paulo entrou com um recurso junto ao Tribunal Superior do Trabalho).

Quanto à ocupação, a reitora justificou a política de bolsas da universidade, corroborada por uma exposição do professor João Décio Passos, e afirmou que a ação dos estudantes é grave, e merece uma resposta da administração da universidade.

Já o conselheiro Rodrigo Souza

negou que a intenção da Reitoria seja dialogar. “Queremos uma negociação pública e a garantia de que não haverá punição aos estudantes”, afirmou. Rodrigo disse ainda que a intenção da Reitoria é minar as entidades, e que o desconto parcial das bolsas só atende a classe média, e não os alunos realmente carentes.

Ao final da reunião, a professora Maura reiterou que a política de bolsas excede até os limites da filantropia e apelou à APROPUC para que esta, com seus recursos, ajude a criar um fundo para a ampliação do número de bolsas.

## Carta da Assembléia dos Professores ao Consun

A Assembléia da APROPUC aprovou encaminhar aos Conselheiros e Conselheiras do CONSUN carta solicitando um posicionamento claro pelo imediato cumprimento da decisão do TRT de reintegração dos professores demitidos. A decisão do TRT confirma a avaliação feita neste conselho de que foi desrespeitado o Estatuto da Universidade, rompendo com a auto-

nomia e democracia conquistadas, quando determinou a suspensão das demissões efetuadas pela Fundação São Paulo.

A Assembléia solicita que o posicionamento deste Conselho pelo cumprimento da medida de reintegração implique o posicionamento pela suspensão do processo de contratação emergencial de professores.

# Rola na rampa

## 5ª Copa Integração de Futsal

As inscrições para a 5ª Copa Integração de Futsal Guilherme Geromel, masculino e feminino, já estão abertas e vão até o dia 28/4. As equipes podem se inscrever pagando a taxa de R\$ 110 (masculino) ou R\$ 60 (feminino) na Tesouraria, que fica no subsolo do Prédio Novo, sala S15. O campeonato é realizado pela Vice-Reitoria Comunitária, PAC e DEFE. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone 3670-8544 ou pelo e-mail [pac-vracom@pucsp.br](mailto:pac-vracom@pucsp.br).

## Cipa lança campanha contra dengue

Na semana passada, a Secretaria de Saúde alertou a PUC-SP sobre a importância de uma campanha de prevenção contra a dengue na universidade, tendo em vista o fato de Perdizes ser o bairro de maior concentração de focos de proliferação do *Aedes aegypti*, mosquito transmissor da doença. Com o intuito de incentivar a comunidade a participar das atividades que visem o combate à dengue, a Cipa e o SESMT lançaram uma campanha massiva de prevenção, apontando diversas medidas para controle da reprodução do transmissor, como as antigas práticas de eliminar recipientes que possam acumular água. Mais informações sobre o que é e como se previne a doença poderão ser encontradas no site da PUC-SP.

## Ouvidoria será avaliada pelo Consun

Durante a última sessão do Consun, foi aprovada a inclusão na pauta das próximas sessões de uma avaliação das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria da PUC. A questão foi levantada após o relato da professora Salma Tannus Muchail, que foi abordada pelo professor Fernando Altemeyer, ouvidor da PUC, sobre seus horários de aula. Vários conselheiros também relataram situações em que o ouvidor havia tomado atitudes diferentes daquelas discutidas no Consun como suas atribuições. A avaliação da Ouvidoria será precedida de uma consulta às diversas unidades da PUC, para que estas também se pronunciem quanto ao trabalho desenvolvido até agora pelo ouvidor.

## Ex-alunos manifestam-se em defesa da PUC-SP

Na semana passada, um manifesto assinado por 35 ex-alunos, atualmente professores de grandes universidades brasileiras, foi entregue à reitora Maura Vêras. Diz o manifesto: "Como ex-alunos da PUC-SP e pesquisadores da área da Educação, gostaríamos de manifestar nossa preocupação frente ao cenário de demissões do quadro docente dessa instituição, bem como o nosso repúdio à forma como o processo foi encaminhado. A relação estabelecida com essa instituição ao longo do nosso processo de formação acadêmica

foi marcada pela importância da PUC-SP na história do ensino superior no país, importância esta reconhecida pela comunidade acadêmica [...]". Os professores finalizam o manifesto "certos de que o bom senso e a consulta coletiva que sempre nortearam as decisões tomadas nessa instituição prevaleçam em mais este momento de crise, já que esta crise, dialeticamente falando, é fundamental para o surgimento de novas relações de trabalho e para a manutenção da qualidade do ensino oferecida por esta instituição".

## Vacinação contra a gripe em todos os câmpus

Começa na próxima semana a tradicional campanha de vacinação contra a gripe promovida pela Reitoria junto com a APROPUC e a AFAPUC. A vacinação acontece nos câmpus Monte Alegre (2, 3 e 5/5), Derdic (4/5), Marquês (8/5), Santana (9/5) e Sorocaba (10 e 11/5). Haverá condições especiais para professores e funcionários associados. Mais informações na próxima edição do *PUCviva*.

## Videoteca encerra mostras com debates especiais

O cineasta José Mojica Marins vem à PUC nesta segunda-feira, 24/4, para participar de um debate com os produtores Paulo Duarte e Carlos Primati, responsáveis pela *Coleção Zé do Caixão*, da Amazonas Filmes. O debate começa logo após a exibição do documentário *Maldito*, sobre a obra de Mojica, que começa às 17h. A mostra *Arte em vídeo* termina na terça-feira, 25/4, com sessões às 12h e às 17h. Alguns artistas que fizeram parte da mostra também participarão de debate logo após a segunda sessão.